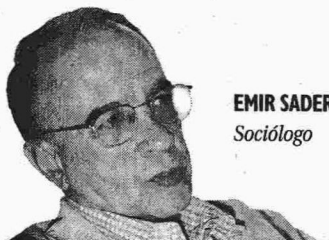


Quem fala em nome dos direitos universais?



EMIR SADER

Sociólogo

“Que bom vir tão longe para conhecer uma experiência tão importante”, dizia o líder estudantil italiano ao então ministro de relações exteriores da China, Chu-En-Lai. E recebeu a resposta correspondente:

— Tão longe do quê? — Ainda mais porque a China se considera o Império do Centro e só mais recentemente, nos últimos três séculos, é que se impôs a hegemonia ocidental no mundo.

Immanuel Wallerstein, no último livro publicado no Brasil (*O universalismo europeu*, da Boitempo), afirma: “A luta entre o universalismo europeu e o universalismo universal é a luta ideológica central do mundo contemporâneo.” Toda força hegemônica pretende falar em nome da universalidade. O Ocidente o fez apropriando-se do conceito

de civilização. O lema “civilização ou barbárie”, do argentino Domingos Faustino Sarmiento, segue sendo determinante no seu modelo hegemônico.

Como recorda Wallerstein — cujo livro tem, significativamente, como subtítulo A retórica do poder — a expansão do capitalismo mediante a hegemonia das potências ocidentais se deu por meio de conquista militar, de exploração econômica e da disseminação de brutalidades, como a dizimação das populações indígenas da América e a escravidão. Mas trataram de legitimar essa forma de expansão pelo que representaria a disseminação da civilização, do desenvolvimento econômico e do progresso.

A expansão seria “natural”, benéfica e historicamente inevitável. Da primeira perspectiva teológica, vinculada à conquista e à colonização, se passou a versão secular, centrada no racionalismo e no progresso material. Uma vez apropriado do conceito de civilização, dá-se a reivindicação do direito de intervir para impô-lo contra a barbárie. Wallerstein retoma polêmica de Bartolomeu de las Casas para demonstrar como termos similares são utilizados pelo bloco dos EUA com a Inglaterra, para

desenvolver o que hoje chamam de guerras humanitárias. O nome do capítulo do livro diz tudo: “Quem pode intervir? Os valores universais contra a barbárie”.

Os EUA conseguiram apenas quatro dos 15 votos do Conselho de Segurança da ONU ao propor a invasão do Iraque. A primeira resposta dos EUA foi a de que agiam “em legítima defesa” sob pretexto de que o governo do Iraque possuiria armas de destruição maciça. Quando esse argumento se revelou uma falácia, passou a apelar para o argumento de que tirar um ditador do poder seria um “bem moral”. Tratar-se-ia de “defender inocentes”, argumento que levou Norberto Bobbio, Jürgen Habermas e John Rawls a defenderem a “guerra humanitária” na Bósnia.

“Na prática, a intervenção é um direito apropriado pelos fortes”, diz Wallerstein. Como resultado, ninguém se atreveu a falar em punição — mesmo moral — para os invasores do Iraque. A ênfase nos direitos humanos como eixo das políticas internacionais acabou sendo o instrumento dessas intervenções, sua cobertura “humanitária”, fortalecendo o argumento do “dever dos civilizados de suprimir a barbárie”.